

# A Região Metropolitana de Curitiba e as Mobilizações Populares: análise de algumas experiências recentes

Maria Tarcisa Silva Bega \*

---

## **RESUMO**

*Este artigo apresenta alguns aspectos da discussão teórica sobre os movimentos sociais urbanos no Brasil, através do estudo de algumas experiências da Região Metropolitana de Curitiba. Busca, através do cotejamento entre teoria e casos concretos, entender a emergência desse tipo de mobilização no período recente – pós 70, tendo como elementos fundadores as transformações da base econômica e a dinâmica populacional do Paraná. Contempla também, de forma rápida, as ações do planejamento urbano sobre a RMC e como alguns segmentos das classes populares têm reagido a elas. Conclui com a discussão sobre o papel de tais mobilizações populares na construção de uma nova dimensão de cidadania.*

**Palavras-chave:** *movimentos sociais urbanos, reivindicações populares, Curitiba, planejamento urbano de Curitiba, Região Metropolitana de Curitiba*

## **ABSTRACT**

*This paper looks into several aspects of theoretical discussions on urban social movements in Brazil through the study of some experiences in the Greater Curitiba (Metropolitan area). Comparing theory to concrete cases, I attempt to shed light on the emergence of this type of movement in recent times (post 1970), considering transformations in the economic basis and in the State of Paraná's demographic dynamics as key elements in the process. I also take a brief look at the urban planning activities carried out in this region, and how several popular segments have reacted toward them. I finalize with a discussion on the role that popular mobilizations like those considered here, have in building new forms of citizenship.*

**Key words:** *urban social movements, popular claims, Curitiba urban planning, Curitiba Metropolitan Region*

---

\*Socióloga, doutoranda em Sociologia na Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná. E-mail: tarcisa@netpar.com.br

## INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva traçar, de forma rápida e panorâmica, um quadro dos movimentos sociais urbanos localizados na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), especialmente nos municípios que, situados territorialmente contíguos a Curitiba, formam uma malha urbana razoavelmente linear.<sup>1</sup> A análise se centrará num tipo específico de movimento social – os de caráter reivindicatório –, tendo como horizonte temporal as mobilizações ocorridas a partir dos anos 70. Num primeiro momento, ao lado do registro cronológico dos acontecimentos, buscar-se-á cotejá-los à discussão teórica, relacionando-os à conjuntura nacional. Noutro, se indicará, através da discussão de seus efeitos e potencialidades, as perspectivas que tais fenômenos sociais apontam.

Conceituando estes movimentos sociais, pode-se dizer que são uma forma específica de ação política que se manifesta através de mobilizações reivindicativas, concentradas nas cidades, na esfera da reprodução da força de trabalho, trazendo ao centro da discussão os mecanismos de partilha entre as classes sociais no que tange aos vários momentos da Produção (entendida como um processo que abarca desde o momento estrito da produção de produtos e bens, passando por sua distribuição até atingir o consumo final). Tais mecanismos exigem diversas formas de gestão, expressas no terreno político-ideológico, de acordo com o grau de desenvolvimento histórico da sociedade. Os protagonistas dessas mobilizações têm sido, principalmente, membros das classes populares.<sup>2</sup> As reivindicações apresentadas pelo conjunto diversificado de setores da população urbana, que constitui a base social dos movimentos, são dirigidas, direta ou indiretamente, ao Poder Público, tendo em vista que é o Estado o destinatário dessas reivindicações. Uma das características dos MSU é a diversidade de ações empreendidas por diferentes grupos sociais em torno das questões urbanas, relacionadas tanto aos bens e equipamentos de consumo coletivos (transporte, saneamento básico, creches, postos de saúde, educação), quanto a algumas condições ligadas principalmente à reprodução da força de trabalho (custo de vida, luta contra o desemprego), bem como com a questão da moradia. Caracterizam-se por terem sua base territorial circunscrita às cidades e suas reivindicações evidenciarem a ausência ou a precariedade dos elementos básicos necessários para a reprodução do trabalhador, tanto como força de trabalho quanto como morador urbano. Lutam, portanto, contra as diversas formas de espoliação urbana, entendida como “a somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho”. (KOWARICK, 1982, p. 34).

Dessa forma, tanto o entendimento da problemática teórica como a sua inserção em um contexto histórico e geográfico bastante definido devem ser privilegiados na análise.

<sup>1</sup>A Região Metropolitana de Curitiba é composta por 19 municípios, dos quais Campo Magro, Almirante Tamandaré, Colombo, Quatro Barras, Pinhais, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Araucária e Campo Largo se constituem naqueles que dividem com Curitiba fronteiras comuns. Portanto, quando falarmos de RMC estaremos nos referindo especialmente a este bloco de municípios.

<sup>2</sup>Trabalhamos aqui com a noção que CARDOSO apresenta e assumimos as possíveis críticas que tal conceito possa gerar, em nome de uma maior abrangência. Segundo a autora, “classes populares refere-se, em geral à presença de setores sociais que empobreceram com o modelo de desenvolvimento em curso e que estiveram excluídos das decisões políticas. O seu uso é quase metafórico, pois sintetiza a idéia de grandes contingentes (massas) de baixa renda que, apesar de indefesos, guardam a capacidade de distinguir suas necessidades básicas e irromper de tempos em tempos, reclamando maior igualdade. Foi privilegiando a dimensão política que se definiu este novo ator que não luta apenas por melhores salários, mas generaliza suas reivindicações buscando uma sociedade mais democrática”. (CARDOSO, 1984, p. 234).

## 1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO NO BRASIL

No que se refere ao contexto político brasileiro, a emergência dos movimentos sociais (independentemente de ser rurais ou urbanos) na década de 70 foi interpretada como resultado do regime político repressivo, que impedia a atuação de partidos políticos e sindicatos representativos das classes populares. A ausência de canais institucionais que permitissem o acesso das reivindicações populares era considerada fundamental para a ocorrência desses tipos de movimentos sociais como forma alternativa de mobilização e atuação política. Tal leitura predominou durante mais de uma década entre os estudiosos dos fenômenos recentes no campo político, em especial junto aos especialistas em movimentos sociais. Ao apresentar retrospectiva dos focos de análise sobre a questão social no Brasil, CARDOSO (1984 e 1994) diz que a leitura dominante dos anos 50 foi marcada pela introdução do marxismo como teoria explicativa da realidade, tomando como referência categorias de classes sociais. Nos anos 60 a discussão estava centralizada nas temáticas da dependência e da teoria da marginalidade, mas os anos 70 apresentarão novidades. Os “excluídos”, de quem as esquerdas esperavam, como ação política, o desmantelamento das formas de dominação predominantes, terão outro papel. Em vez de cumprirem o seu “destino histórico”, apresentam-se sim como uma camada popular mais participante, mas que longe de explodir o *modus vivendi*, luta para seu reconhecimento dentro da sociedade política e pela resolução de suas carências. Em outras palavras, vivenciaram o processo de redemocratização não como o momento de “quebrar” as estruturas, mas como espaço de luta pelo reconhecimento de sua cidadania.

Nesse sentido, era de se esperar que com a abertura política e com a possibilidade de uma atuação político-partidária e sindical mais ampla, se verificasse o esvaziamento nas formas alternativas de mobilização popular. Ao contrário, parece ter havido uma intensificação da ação política também com os movimentos sociais, demonstrando que “os movimentos sociais constituem uma forma específica de mobilização popular, com espaço próprio, diverso daquele ocupado pelos sindicatos e partidos”. (DURHAN, 1984, p. 25).

Este quadro grosseiramente delineado aponta para uma questão fundamental, ou seja, a dificuldade teórica dos estudiosos dos movimentos sociais em construir um referencial teórico consistente que desse e (ainda) dê conta das especificidades de uma sociedade como a brasileira. Isso porque a “tradução adaptada” das teorias explicativas forjadas em países de regime democrático estável (em especial nos países social-democratas da Europa), ao invés de privilegiar a análise das novas funções do Estado em países com longa experiência de regimes autoritários como o Brasil,<sup>3</sup> caminhou no sentido de perceber, de forma super dimensionada, as forças latentes da classe subalterna. Isso decretou uma forma de análise, presente em grande parte da literatura dos anos 70 e início dos 80, que dá visibilidade a novos atores políticos que se apresentam como uma força transformadora, a qual nem sempre correspondia à realidade da organização e nem da pauta de suas ações práticas.

Nesse sentido, o principal aspecto posto em relevo no estudo dos movimentos sociais no Brasil em sua relação com o Estado tem sido a rebeldia das massas contra o autoritarismo, ficando em segundo plano “o fato de administrações mais modernas e os planejadores mais eficientes dialogarem com os usuários e consumidores de serviços estatais”. (CARDOSO, 1984, p.220). Também permite entender por que, em dezenas de

<sup>3</sup>No caso brasileiro pode-se afirmar que se inicia a transição democrática na metade dos anos 80, tendo na Constituinte de 1988 e na retomada das eleições diretas em todos os níveis, em 1989, as marcas iniciais de tal processo. No entanto, em que pese a existência de um arcabouço legal-democrático, considera-se que a transição ainda não foi completada, uma vez que não se tem a garantia, na prática, do exercício pleno da cidadania a todos os seus habitantes.

estudos, há uma valorização da autonomia. Ela é destacada como uma das questões fundamentais para os movimentos tanto rurais como urbanos. Para eles, para os grupos que os apóiam na organização e para os estudiosos do tema trata-se de um princípio.

A defesa da autonomia como ponto fundamental não exclui, entretanto, as relações mútuas que possam se estabelecer entre os movimentos, os sindicatos e os partidos políticos. A ênfase na exigência de autonomia se refere, sobretudo, à não-subordinação dos movimentos aos sindicatos e partidos porque a prática tem demonstrado que os movimentos sociais urbanos são uma parte do processo político. Os partidos são outra. Outra, ainda, os sindicatos.

Sem contestar a necessidade de autonomia por parte dos movimentos, outro tema recorrente na análise dos movimentos sociais é o papel desempenhado pelos assessores. Reconhecer a sua existência não significa uma forma de restrição ao movimento. Ao contrário, mostra que o sentido prático de suas ações políticas e reivindicatórias os fez perceber que, sem pessoas que dominassem o linguajar técnico e que tivessem maior vivência do exercício da discussão em busca de consenso, eles provavelmente não teriam forças para dialogar com o Estado. Assim, é evidente a influência e participação de outros setores da sociedade civil,<sup>4</sup> principalmente da Igreja Católica, na organização de mobilizações desse tipo. Isso já foi evidenciado em vários estudos e as ações da Comissão Pastoral da Terra, da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz e das Comunidades Eclesiais de Base (com seu duplo caráter de movimento social e de novo jeito de ser Igreja) exemplificam bem essas articulações.

No que se refere aos partidos políticos, “alguns desses movimentos contestam a eficácia dos partidos políticos em encaminharem demandas aos órgãos decisivos, outros pretendem atuar em faixa própria, porém em colaboração com os partidos; e há movimentos que, além de atuarem em conjunto, indicam líderes do grupo para militarem nos mesmos e por eles saírem candidatos nas eleições para o preenchimento de postos no executivo e no legislativo”. (PECHMAN, 1982, p. 2). Em outras palavras, as articulações com os partidos apresentam variações que ocorrem a partir das conjunturas políticas, da pauta de reivindicações e do projeto político que está no horizonte dos partidos. Em linhas gerais, os movimentos que despontaram na vigência do regime ditatorial foram mais impermeáveis à articulação com os partidos até então existentes (ARENA e MDB). No entanto, a redemocratização e o pluripartidarismo que se instituem no final dos anos 70 apontam para outra configuração: mesmo demarcando claramente os espaços de participação de um e de outro, há uma maior interseção entre os movimentos e as formas de luta e de encaminhamento colocadas pelos partidos. Ao mesmo tempo, militantes políticos passam a agir em muitas situações como assessores dos movimentos populares.

Além desses elementos, vitais para o entendimento dos movimentos sociais, impõe-se trazer à discussão a percepção dos movimentos sociais como um espaço de construção da cidadania no Brasil. Nesse sentido, DAGNINO (1994) faz uma reflexão interessante, apontando que essa nova noção de cidadania traz no seu bojo a experiência concreta dos movimentos sociais – tanto os clássicos de reivindicação para a solução de

<sup>4</sup> “[...] entende-se por sociedade civil a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Em outras palavras, Sociedade civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder; como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impelem à conquista do poder político.” (BOBBIO, 1991, p. 1210).

carências materiais, como aqueles de caráter cultural (de negros, homossexuais, mulheres, ecológicos, etc.) –, como diriam os estudos pioneiros, os movimentos sociais de cunho policlassista. Indica também que essas experiências concretas tiveram como efeito o aprofundamento e a extensão da própria discussão da democracia. O efeito desses dois elementos – a experiência concreta e o aprofundamento/extensão da discussão – foi apontar para uma terceira e fundamental dimensão nessa noção de cidadania:

o fato de que ela organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política. Incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel da subjetividade, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação do espaço da política, essa é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática. Nesse sentido, a construção da cidadania aponta para a construção e difusão de uma cultura democrática. (DAGNINO, 1994, p. 104).

Colocados de forma sucinta os elementos teóricos e históricos do debate em que se situam os movimentos sociais, retomamos a discussão do caso paranaense.

## 2 ANTECEDENTES DAS MOBILIZAÇÕES

Diferentemente da realidade dominante no Brasil, onde desde o século XIX as lutas sociais ocorreram com maior visibilidade nos centros urbanos, no Paraná, dada sua emancipação política tardia combinada com baixa urbanização, são os conflitos rurais os de primeiros registros. Desde o Contestado, a presença de resistência – individual ou coletiva – tem sua força no campo. As décadas de 40 e 50 foram palco de importantes conflitos pela posse e propriedade da terra nas regiões Norte e Sudoeste, onde os atores principais eram, de um lado, posseiros e/ou pequenos proprietários e, de outro, latifundiários, grandes empresas agrícolas e colonizadoras utilizando-se de inúmeros expedientes de apropriação da terra, sob o beneplácito dos poderes públicos.

À não resolução da questão da posse e propriedade da terra, objeto de pendências em praticamente todas as regiões do Estado, acresce-se o resultado perverso da política agrária e agrícola praticada no Brasil, da qual o Paraná vai se tornando um dos atores fundamentais, em especial após os anos 60. A tal processo soma-se intensa urbanização, com a constituição da rede de cidades que se tem hoje, praticamente entre os anos 30 e 60.<sup>5</sup> O Paraná cresce rapidamente em termos populacionais e econômicos e, nos anos 70, como em todo o País, assiste ao adentrar à cena política de novos sujeitos coletivos rurais e urbanos que trazem reivindicações populares, novas em conteúdo e formato, bem como diferentes das mobilizações político-partidárias e sindicais. É tal emergência, seus mecanismos e seus desdobramentos na cidade, especialmente na Região Metropolitana de Curitiba, o objeto central deste artigo.

Nunca é demais lembrar que após a 2ª Guerra Mundial há uma redefinição dos papéis econômicos dos países, e o Brasil, para se inserir neste novo quadro, tem de promover a industrialização em novas bases e, ao mesmo tempo, manter uma pauta de produção agrícola voltada tanto para atender ao mercado externo como para suprir as populações urbanas que crescem em ritmo veloz. A ocupação das terras virgens do Estado do Paraná se insere nesta lógica, ocorrendo em duas frentes bastante diferenciadas: a

<sup>5</sup>A bibliografia sobre as reivindicações rurais e urbanas no Paraná é extensa. Destacam-se, entre os mais recentes, os trabalhos de FERREIRA (1987), GOMES (1986) e TORRENS (1992) sobre o rural, e de OLIVEIRA (1994), ROSA (1993) e ROLIM (1985) sobre o urbano. No tocante à discussão sobre o processo de desenvolvimento do Paraná, além dos clássicos, como PADIS (1981) e MAGALHÃES FILHO (1972), tem-se um excelente acervo de artigos e relatórios técnicos produzidos pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

primeira, de origem paulista, seguida por mineiros e nordestinos, destina-se a expandir os cafezais paulistas, movida pelos sinais do mercado de exportação. Durará das décadas de 20 a 60, ocupando todo o Norte do Estado. Outra, mais recente, ocupará o Sul e Oeste, vinda de um movimento migratório maior, de gaúchos e catarinenses, que se estabelecerão em pequenas propriedades rurais de produção de milho e suínos.

Atualmente (pós 70), o movimento populacional inverte a direção e o Paraná torna-se expulsor de população, que se dirige para as novas fronteiras agrícolas rumo ao Norte e Oeste do País ou então migra para áreas urbanas, dentro e fora do Estado, em busca de melhores condições de trabalho.

Novos conflitos se somam àqueles ainda por resolver: nos anos 60 tem início uma série de lutas pelo pagamento justo aos assalariados rurais, combinadas com a ação política de partidos de esquerda e a organização dos trabalhadores rurais.<sup>6</sup> Com relação à organização dos trabalhadores rurais, nos anos que precedem o golpe militar a Igreja Católica desenvolverá, na região Norte do Estado, ações organizativas voltadas à formação de "sindicatos cristãos", para fazer frente ao avanço dos movimentos de esquerda.<sup>7</sup> Com o golpe militar e o conseqüente desmantelamento das organizações dos trabalhadores em todo o País, há um arrefecimento das lutas, mas não sua destruição.

Já as lutas urbanas irão ocorrer de maneira significativa somente na década de 70, localizadas preferencialmente na Região Metropolitana de Curitiba, que é a área de maior urbanização no Estado. Este processo, que combina urbanização com a exclusão de grandes segmentos populacionais das "benesses" da cidade, reflete a dinâmica de modernização da agricultura e da mudança na estrutura fundiária vivida pelo Paraná, combinada a uma industrialização tardia que não gera postos de trabalho na mesma intensidade com que ocorrem as mudanças na distribuição populacional.<sup>8</sup>

### 3 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS<sup>9</sup> E A RMC

Para pensarmos as práticas dos movimentos reivindicatórios na RMC é preciso lembrar que a dinâmica econômica do urbano, no Paraná, esteve sempre calcada nas atividades de comércio, armazenagem e, em alguns casos, de processamento de produtos da agricultura, ficando, portanto, todo o processo de urbanização subordinado àquelas atividades predominantes (IPARDES, 1983a, 1983b e 1982). Com as transformações vividas pela base agropecuária nos anos 60 e 70, o Paraná tem o seu primeiro grande êxodo rural, passando de 4,4 milhões de habitantes rurais em 1970 para 3,1 milhões em 1980. Já a população urbana mantém constante o crescimento verificado desde o início do século, acelerando-se em função da migração campo-cidade, que é o elemento novo nesta

<sup>6</sup>Com referência a tais acontecimentos, ver: GOMES (1986); RÉGO (1979) e ABRAMOVAY (1981).

<sup>7</sup>Agradeço ao Dr. Osvaldo Heller da Silva, estudioso dos movimentos sociais rurais no Paraná e professor de Sociologia na UFPR, as informações sobre tal ocorrência.

<sup>8</sup>É importante lembrar que o Paraná, até os anos 70, é um estado receptor de levas migratórias do Brasil. Isso fica claro quando se comparam as taxas geométricas de crescimento anual da população: entre 40 e 50 o Paraná cresceu 5,51% ao ano; entre 50 e 60 cresceu 7,28% e 4,98% na década seguinte. No mesmo período o Brasil cresceu 2,39%, 2,99% e 2,89% respectivamente. A situação se inverte na década de 70, quando pela primeira vez o Paraná perderá população, mantendo essa tendência para as décadas de 80 e 90. (IPARDES, 1982)

<sup>9</sup>Mesmo reconhecendo a emergência e importância crescente de outros movimentos sociais vinculados mais à esfera da cultura política, eles não serão objeto de análise pois isso demandaria outro tipo de discussão, que não cabe neste momento. Só para exemplificar, são os movimentos feministas em suas diversas formas de manifestação (associações de mulheres, conselhos femininos, etc.); movimentos de defesa dos direitos de gays, lésbicas, profissionais do sexo e simpatizantes; movimentos de defesa de meninos e meninas de rua; movimentos de defesa do consumidor; movimentos ambientalistas e muitos outros.

dinâmica. Com isso, a população urbana passa de 2,5 milhões para 4,5 milhões de habitantes. Dessa forma, nas duas últimas décadas, a tal tendência de crescimento populacional das cidades agrega-se a concentração urbana em alguns pólos, com o fortalecimento das conurbações. Esse processo tem origens e dinâmicas complexas: tanto as mudanças na agricultura quanto as novas relações entre ela e a indústria, como o novo patamar ocupado pela indústria na geração de renda e empregos, associado ao novo perfil dos serviços e do comércio, serão elementos explicativos do processo que ocorre no Paraná.

Nos anos 90 consolida-se o predomínio da população urbana, via crescimento acelerado das cidades de porte médio, juntamente com o processo de transformação de Curitiba em metrópole regional. Segundo o IBGE, as cidades com mais de 100 mil habitantes passam de 2, em 1970, para 7 em 1991. Vários efeitos são verificados, como o surgimento de um padrão de consumo e de comportamento cosmopolitas, demanda crescente e mais complexa por serviços e infra-estrutura urbanas e, obviamente, a face mais perversa de todo o crescimento urbano acelerado: o surgimento de uma “população extremamente pobre”, isto é, trabalhadores de baixa ou nenhuma qualificação, migrantes em sua maioria, que vêm ocupar as áreas periféricas das cidades.

É neste cenário que irão ocorrer os principais casos de movimentos sociais, concentrados inicialmente na RMC mas que se disseminam pelo Estado, como aponta TONELLA (1996). A RMC apresenta um comportamento diverso das outras regiões no tocante à distribuição geográfica da população por faixa de renda. É a que possui o menor número de pobres<sup>10</sup> – 12,3% de sua população total, o que reafirma a sua melhor condição de vida, se comparada globalmente às outras RM. Mas, diferentemente das outras, onde os pobres se distribuem de forma mais ou menos equivalente entre o município-sede e os outros municípios das regiões, aqui eles se concentram fora de Curitiba. A título de comparação, na Região Metropolitana de Belo Horizonte 63,5% da população total e 51,1% dos pobres estão na capital, e na Região Metropolitana de Porto Alegre estão, respectivamente, 43,8% e 32,6%. Em contrapartida, em Curitiba estão concentrados 62,2% de toda a população da RM e apenas 33,8% dos pobres (ROCHA, 1995).

Isso mostra como Curitiba, em que pesem as reconhecidas ações de planejamento urbano, está submetida ao padrão brasileiro dominante, no qual a lógica capitalista de posse da terra urbana e de oferta de serviços públicos acaba produzindo formas segregadoras de ocupação do território.<sup>11</sup> Para fazer frente a tal processo, cada grupo social reage de acordo com sua forma de organização e mecanismos de inserção no espaço de negociação política. Os melhor aquinhoados utilizam-se dos aparatos legais à sua disposição, enquanto os mais pobres organizam-se coletivamente em movimentos de denominações diferentes – associações, clubes de mães, grupos de jovens, grupos de defesa, etc. –, buscando adquirir/restituir as condições de vida e trabalho, bem como o exercício da cidadania.

Observando-se o processo de organização destes últimos – nosso objeto de investigação – verifica-se que se desenvolveram de forma tímida nos anos 70, quando a cidade é alvo de maior intervenção do Estado no processo de ocupação do território, através da implantação do Plano Diretor de Urbanismo – PDU, que definirá os atuais contornos e a política de uso do solo vigentes até hoje. Nessa década, em virtude da conjuntura local e nacional já analisada à exaustão por vários especialistas, Curitiba, que soube se aproveitar

<sup>10</sup>Entendido como aquelas pessoas cuja renda média mensal familiar é igual ou inferior a 2 salários-mínimos.

<sup>11</sup>Esta é uma clássica discussão entre os estudiosos do urbano, conforme pode-se observar nas obras de KOWARICK (1982 e 1988); RIBEIRO (1997); MARICATO (1979) e SANTOS (1982), entre outros.

das facilidades disponíveis ao longo dos anos 70 (e em menor escala nos 80) para carrear recursos nacionais e internacionais que viabilizaram grandes intervenções no espaço urbano, transforma-se em modelo de planejamento urbano no país.<sup>12</sup> Dos resultados, entre tantos já estudados, interessa-nos o maior ordenamento do uso dos espaços da cidade, visível na urbanização e preservação ambiental de fundos de vale e áreas insalubres e na utilização de formas eficientes de fiscalização e vigilância sobre as áreas passíveis de invasão.<sup>13</sup>

Essas duas práticas institucionais funcionarão, num primeiro momento, como freio à expansão de favelas e de loteamentos clandestinos mas, num momento seguinte (a partir da segunda metade dos anos 80), terão sua eficácia diminuída devido às mudanças na conjuntura política – quando os movimentos populares conseguirem, ainda que de forma subordinada, fazer valer algumas das suas reivindicações – e à grande crise econômica que se abate sobre o País, com o crescimento da pobreza de maneira generalizada.

Por isso, embora o crescimento da população favelada em Curitiba se dê de forma mais lenta que em outras capitais brasileiras, ele é constante, surgindo, já no final da década de 70, um visível movimento associativista, buscando legalizar a posse da terra. Também a RMC é palco de mobilizações de diferentes grupos sociais que se organizam sob a forma de associações de bairros em torno de reivindicações ligadas ao acesso a equipamentos de consumo coletivos. Embora esses movimentos tenham emergido em pontos localizados (favelas e loteamentos clandestinos), percebe-se uma intensificação dos mesmos na malha urbana conurbada à capital.

Segundo dados levantados pelo IPARDES em 1976, dos 185 mil domicílios de Curitiba, 5.992 localizavam-se em áreas de favelas, com 33 mil pessoas de um total de 830 mil habitantes. Distribuíam-se em vários pontos do espaço da cidade, sendo as maiores a Vila Pinto, Valetão, Belém, Parolim e Vila Guaira. Seu crescimento foi constante ao longo dos anos, não obstante as ações de remoção levadas a cabo na segunda metade dos anos 70. Ainda com base nos resultados da referida pesquisa, o déficit habitacional<sup>14</sup> da RMC, em 1976, era de 20.979 domicílios, sendo 5.501 nos municípios da região e 15.478 na capital, dos quais 4.975 nas favelas (IPARDES, 1978). Tais dados informam da existência de uma população extremamente pobre residindo dentro dos limites do município, enquanto a RMC ainda apresenta um quadro não tão grave. Nos quinze anos que separam tal investigação do Censo Demográfico de 1991, observa-se a diminuição das condições de vida na RMC, com a concentração da população mais pobre fora dos limites da capital, conforme analisado por ROCHA (1995).

Em Curitiba, nos anos 80, devido à intensa discussão sobre redemocratização do poder e participação popular, a política de remoção de favelas diminui de intensidade, sendo substituída por outras políticas habitacionais, como a venda de lotes urbanizados, mutirões habitacionais e mesmo a regularização fundiária em áreas em que havia tal possibilidade legal ou a população se apresentava mais organizada. Mas tais atuações por parte do Estado não arrefecem as invasões, agora transformadas em ocupações previamente

<sup>12</sup>Nos últimos dez anos, vários estudos centraram-se na busca de entendimento do fenômeno do planejamento urbano de Curitiba. Em que pesem objetivos e metodologias diversas, todos demonstram a eficácia do processo, destacando tanto as possibilidades de intervenção do Estado no território quanto os limites do planejamento em sociedades capitalistas, a partir da explicitação dos atores sociais não beneficiados. Ver a este respeito, entre outros: MENEZES (1996), OLIVEIRA (1995), GARCIA (1993) e NAMUR (1992).

<sup>13</sup>ROLIM (1985), em seu trabalho sobre favelas e movimento associativo em Curitiba, descreve com riqueza de detalhes esse duplo movimento. Além desse estudo, outros detalham as várias facetas dos movimentos sociais urbanos em Curitiba. Ver a este respeito, além dos já citados na nota 5, COSTA (1992); COSTA (1981) e GARCIA (1990).

<sup>14</sup>O déficit habitacional aqui mensurado corresponde à falta absoluta de habitações (para as famílias que vivem em co-habitação) acrescida daquelas habitações que precisam ser imediatamente repostas pela impossibilidade de ser recuperadas.

organizadas pelos movimentos de luta pela moradia, assessorados pela Igreja Católica (CEB), por partidos políticos e intelectuais de esquerda. No início a luta era mais defensiva, contra as ações de despejo ou de relocação realizadas pela Prefeitura para pontos distantes do centro da cidade, a partir das invasões de terrenos públicos ou privados (ROLIM, 1985). Nos anos 80 e 90 ela se torna ofensiva, concentrando-se na ocupação de terrenos públicos e/ou privados, a partir da disseminação das noções em que afirmam que tanto o direito à moradia como a função social da terra urbana sobrepujam o direito à propriedade privada.

As associações de moradores têm sido a estrutura organizacional dominante: em 1991 encontramos 290 associações, das quais 45% concentram-se em áreas de ocupações urbanas ainda não regularizadas, 27% em conjuntos habitacionais (aqui estão agrupados desde os conjuntos habitacionais construídos pelas cooperativas habitacionais e companhias de habitação popular quanto aqueles originários de ocupações urbanas já institucionalizadas, que sofreram regularização fundiária) e 28% em outros bairros (FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL, 1992).

Em razão dessas condições estruturais, o maior volume dos movimentos reivindicativos da RMC está voltado à questão da moradia, dentro de um leque que abarca os seguintes tipos de MSU: movimento de luta contra o desemprego, movimento pelo passe para os desempregados, movimento do custo de vida (ou movimento contra a carestia), movimentos de saúde, movimentos pelo transporte coletivo, movimentos pela moradia, abrangendo tanto as associações de mutuários do BNH (com uma pauta de reivindicações bastante específica) como as associações de moradores dos inúmeros bairros de Curitiba e cidades da RMC,<sup>15</sup> com as seguintes reivindicações: melhoria e barateamento dos transportes coletivos; legalização de loteamentos clandestinos; urbanização de favelas; posse de áreas de favelas e/ou de ocupações; extensão das redes de água e energia elétrica; instalação de rede de esgoto; coleta de lixo; melhoria de ruas (anti-pó, calçadas, valetas, limpeza, etc.); canalização de riachos; iluminação pública; escolas públicas; postos de saúde; creches; criação de frentes de trabalho para desempregados; criação de associações de trabalho; hortas comunitárias; instalação de módulos policiais e extensão dos serviços de segurança pública; segurança nas rodovias, entre outras.

O que é comum nesses movimentos é a sua relativa permanência (da metade dos anos 70 ao final dos anos 80), com momentos de grande mobilização seguidos por um quase desaparecimento, pela irrupção em determinadas conjunturas (nos períodos pré-eleitorais, por exemplo) e pela participação, em todos eles, de assessorias vindas dos grupos progressistas da Igreja Católica, dos antigos militantes de partidos de esquerda, do movimento estudantil e mesmo de sindicalistas dos anos 60 que encontraram nos movimentos sociais a forma de se expressarem politicamente.

No cenário brasileiro, e a RMC não foge a essa regra, os anos 90 apresentam-se com quadro político mais matizado e é nessa conjuntura que temos que vislumbrar os MSU. Menos como desaguadouro de todas as demandas populares do espaço urbano, apresentam-se como uma forma alternativa de luta política ao lado de outros movimentos do mundo do trabalho e dos partidos políticos. O quadro analítico se complexifica porque as práticas políticas construídas a partir da redemocratização indicam a existência de mecanismos de canalização das reivindicações do mundo da moradia, direta e individualmente às agências estatais. O maior exemplo são as políticas levadas a cabo

<sup>15</sup>As Associações de Moradores são a principal forma de organização popular nas áreas urbanas do Paraná, sendo encontradas nas maiores cidades (Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu). Nestes casos, sua pauta reivindicativa varia muito, mas está centrada nas questões relativas à qualidade de vida no espaço urbano.

pelas COHABs, no sentido de diminuir a “fila de espera” por uma habitação. Também, aquelas do mundo do trabalho são retomadas pelo movimento sindical, não se repetindo, nesse momento de grande desemprego, mobilizações populares capazes de levantar o País como foram o Movimento contra o Custo de Vida, juntamente com a luta contra o desemprego dos anos 70.

Embora não se possa negar o arrefecimento das mobilizações a partir dos anos 90, no caso específico de Curitiba e municípios vizinhos ainda se percebe, pelo menos até 94, crescimento das mobilizações no espaço da moradia, como atestam alguns números. Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, havia em 1993 mais de 44 mil domicílios classificados como subabitações, o que indica mais de 200 mil pessoas vivendo nessas condições (IPPUC, 1993). Embora nem todos os domicílios aí enquadrados estejam em áreas de ocupação, uma parcela significativa com certeza aí está. Dessa forma é razoável o número em torno de 130 mil pessoas morando de forma irregular, indicado pelas pessoas ligadas aos movimentos populares de Curitiba. Apesar dos estudos clássicos sobre a questão urbana no Brasil, mormente aqueles voltados à temática da moradia<sup>16</sup> insistirem em que a necessidade da moradia nunca será, no regime capitalista, totalmente sanada uma vez que exige, para seu “consumo”, existência de renda monetária, regular e em determinado volume que garanta ao candidato à moradia as condições de acesso a um financiamento no mercado financeiro (demanda solvável), isso não nos impede de mensurar o volume total da demanda. Significa que mais ou menos 10% da população não consegue, em virtude de sua pobreza, apresentar os requisitos de renda necessários para se inserir no rol das políticas habitacionais oficiais. Mas, se em Curitiba há tal descompasso, o problema se agrava nos municípios vizinhos, os quais apresentam elevados índices de precariedade nas habitações urbanas.<sup>17</sup>

A Fundação de Ação Social, vinculada à Prefeitura Municipal de Curitiba, realiza em 1991/92 extensa pesquisa de campo junto às associações de moradores e apresenta alguns resultados que corroboram as afirmações aqui colocadas. Em primeiro lugar, o movimento associativista tem sua força a partir da segunda metade dos anos 70 e o móvel do surgimento desse movimento foram as ações dos próprios moradores (iniciativa dos agentes internos) que se organizam para lutar pela garantia da posse da terra, pela melhoria das condições da moradia ou então pela ocupação de terras ainda não ocupadas (Tabela 1). Também indica a existência de dois tipos de movimentos – as associações de moradores de conjuntos habitacionais, com uma pauta de reivindicação voltada à melhoria urbana e democratização dos serviços de consumo

<sup>16</sup>Vários autores latino-americanos e em especial brasileiros têm se debruçado sobre o fenômeno da autoconstrução. Segundo eles, hoje, no mundo, mais da metade das moradias foram construídas à margem do sistema de financiamento oficial. O que é de interesse, para os objetivos do presente estudo, é a inexistência de mecanismos formais de acesso à habitação, presente nas periferias das grandes e médias cidades, como bem ressaltam VALLADARES (1980, 1981 e 1983), BLAY (1985), MARICATO (1979), entre outros já citados ao longo do artigo.

<sup>17</sup>Vários estudos, como os de KOWARICK (1982 e 1988) e de BONDUKI e ROLNIK (1979), apontam para o crescimento dos loteamentos populares como a prova cabal da incapacidade de segmentos mais pauperizados da população urbana de se inserirem nos mecanismos oficiais de financiamento de habitações. Surgem os loteamentos populares, regularizados ou não, que crescem vertiginosamente nas periferias urbanas, gerando, no plano econômico, uma miríade de pequenos estabelecimentos de materiais de construção e, no plano social, uma maior exploração da força de trabalho, ao drenar todos os recursos financeiros e humanos da família para, no conhecido sistema de autoconstrução, levantar verdadeiras cidades nas periferias dos centros urbanos.

TABELA 1 - ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE CURITIBA POR MOTIVOS DA EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO QUE LEVARAM À SUA FUNDAÇÃO, SEGUNDO PERÍODO DE FUNDAÇÃO - CURITIBA - 1991

PERÍODO	MOTIVOS DA FUNDAÇÃO						TOTAL
	Equipamentos Sociais	Infra-estrutura	Ocupação de terras	Iniciativa de agentes externos	Apoio técnico	Outros	
Até 1974	01	02	00	02	00	02	07
De 74 a 91	11	35	54	103	24	44	271
TOTAL	12	37	54	105	24	46	(1)289

FONTE: FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL(1992)

(1) Estão aqui incluídas 11 associações que não responderam a esta questão.

coletivos, e associações de moradores das chamadas “moradias” ou ocupações, que têm sua ação concentrada na garantia pela posse da terra.

Este quadro sintético aponta para a ocorrência daquilo que KOWARICK (1982) chama de espoliação urbana, indicando serem hoje os movimentos pela moradia os de maior articulação e visibilidade. Na RMC assiste-se ao processo de consolidação de um movimento em rede como é o caso da Central de Movimentos Populares, que está inicialmente organizada em Curitiba e se espalha pelo Estado.<sup>18</sup> As formas de enfrentamento da questão da moradia têm se modificado ao longo do tempo em função das conjunturas políticas e econômicas, isto é, nos momentos de maior democratização no executivo municipal observa-se o fortalecimento do diálogo entre movimento sociais e Estado, resultando em maiores conquistas, mas também em maior risco de cooptação.

Na década de 90, em razão, entre outras coisas, das experiências vividas pela sociedade brasileira, na década anterior, de organização e participação política, bem como de maior urbanização das regiões metropolitanas, na RMC, aumenta o nível de organização dos movimentos sociais e, em decorrência, há um maior enfrentamento entre eles e o Estado: da ação de 8 grupos de discussão organizados pelas CEB, na região sul de Curitiba, nasce o grupo Xapinhal,<sup>19</sup> hoje o que concentra as lutas pela terra urbana em Curitiba. Tal movimento nasce com apoio de uma assessoria vinculada à Igreja Católica e mantém laços com grupos políticos progressistas vinculados a vários partidos. Algumas de suas ações estão registradas no imaginário da cidade, por terem tido agudo senso de oportunidade, aproveitando-se de conjunturas políticas extremamente favoráveis, como a Semana da Pátria e vésperas de eleições municipais. É o caso das ocupações Zumbi/Liberdade no Atuba, da Ferrovila, Vinte Três de Agosto e outras.

Na verdade, as formas de pressão política levadas a cabo pelos MSU e o cotidiano de seu enfrentamento ao Estado e aos agentes privados (os proprietários de

<sup>18</sup>Segundo registros da Central de Movimentos Populares, em 1995 ela estava organizada em Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Cascavel, Campo Mourão, Maringá, Umuarama, Londrina, Almirante Tamandaré, Colombo, Fazenda Rio Grande, Francisco Beltrão e Piraquara.

<sup>19</sup>O movimento Xapinhal nasce pela ação de um grupo de associações de moradores assessorados pelas CEB, que resolvem somar esforços em uma luta comum pela terra. Abrange as associações de moradores dos bairros do Xaxim, Pinheirinho, Alto Boqueirão e adjacências, onde está concentrado o maior movimento reivindicatório da cidade e onde também estão os maiores focos de conflitos em torno da posse da terra. A partir dos anos 90 a administração municipal reforça seus investimentos na área com a construção, no atual bairro Sítio Cercado (área de atuação do Xapinhal), de uma grande área de loteamentos populares viabilizados através da COHAB-CT, denominado Bairro Novo.

terrenos urbanos) irão redefinir as suas relações com o Estado. Num balanço desses 25 anos, podemos notar importantes mudanças de comportamento: os movimentos conseguem desvendar, na teia complexa da organização do Estado, atores aliados e inimigos, “aqueles em que se pode confiar, aqueles com quem é possível compor em momentos específicos e aqueles a serem combatidos”. O Estado, por sua vez, rompe pouco a pouco a postura hegemônica que vê nas mobilizações populares “agentes da desordem”, passando a enxergá-los (ainda que de forma tímida) na sua real dimensão: pessoas pobres, incapazes de resolver seu problema habitacional de acordo com as regras capitalistas de mercado. A mudança de postura, de parte a parte, já mostra a importância deste tipo de organização para o resgate da cidadania desses segmentos populacionais excluídos.<sup>20</sup>

Ainda na linha do exercício pleno da cidadania, temos outros movimentos com objetivos diferenciados, mas igualmente importantes, que estão articulados entre si. É o caso do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, de caráter nacional, que é um indicador do pouco alcance das políticas sociais para a infância e adolescência. Na verdade, este movimento, junto com a ação do Ministério Público, tem sido responsável, em grande medida, pela existência real do Estatuto da Criança e do Adolescente e demonstra que hoje, cada vez mais, os movimentos tendem a caminhar junto com outras organizações presentes na sociedade civil e que se aproveitam intensamente das fissuras que a redemocratização permitiu no seio do aparelho estatal.

Entre outros movimentos igualmente importantes, podem ser citados o Movimento Popular pela Saúde, o Movimento de Mulheres, o Fórum das Entidades Negras (que em Curitiba engloba 7 entidades); o Grupo Dignidade, que agrega gays, lésbicas, prostitutas e travestis; movimentos organizativos de doentes e de deficientes. Como característica dos anos 90, assistimos ao surgimento e disseminação de outras formas movimentalistas no seio da sociedade civil, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), que, diferentemente dos movimentos sociais, são sociedades civis de direito privado, institucionalizadas, mas que em muitas de suas ações se aproximam e se confundem com os movimentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este relato preliminar dos movimentos sociais urbanos localizados na RMC, mas que espelha a realidade do Paraná, aponta para algumas considerações finais. Concentraram-se inicialmente na RMC, principalmente na cidade de Curitiba, tendo como principais bandeiras a luta pela moradia e como oponente o Estado, mais bem organizado e dotado de maior eficiência quanto à vigilância e disciplinamento do espaço urbano que em outras capitais do Brasil. À medida que a urbanização se consolida em outros pontos do território, os movimentos antes restritos à RMC se espalham. Por último, como resultado da urbanização e da integração cada vez maior dos espaços econômico, social e cultural, crescem outras formas de mobilização de caráter cultural ou voltadas à qualidade de vida.

Ao mesmo tempo, é necessário retomar algumas questões teóricas enunciadas ao longo do texto, na perspectiva de um rápido balanço que indique o quanto se avançou na construção teórica do termo. Em primeiro lugar, no que tange às questões pertinentes à dinâmica interna dos movimentos, a diversidade dos grupos sociais organizados em torno

<sup>20</sup>Destacamos a mudança no discurso do executivo municipal, ao final dos anos 80, ao assumir a denominação “ocupação”, em vez de “invasão”. Embora não pareça, isso é fundamental, pois abandona-se a visão jurídico-legalista embutida na segunda expressão e, ao se falar em ocupação, se reconhece a questão do direito social à moradia no mesmo plano que o direito à propriedade privada da terra.

de reivindicações distintas é uma das características básicas desse tipo de mobilização política. Embora na totalidade dos movimentos sociais possa se constatar a predominância de reivindicações empreendidas pelas classes subalternas, dentro de uma perspectiva de luta pela extensão da noção de cidadania desponta uma série de movimentos de “classes médias” que colocam em pauta as relações entre a sociedade civil e a política, mas, principalmente, entre as várias organizações presentes dentro da sociedade civil, no que diz respeito às relações entre sociedade e mercado. Retoma-se novamente a dificuldade em visualizar, nos anos 90, a separação entre Estado e sociedade, dadas as ações institucionais desenvolvidas por organismos estatais como os de Defesa do Consumidor, Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos, por exemplo, que se confundem com as ações da sociedade civil.

A diversidade da base social no conjunto dos movimentos não deve, entretanto, minimizar o fato de os diferentes grupos sociais serem atingidos de forma diferenciada pela ausência ou precariedade das políticas públicas, tanto no campo como na cidade. Também não parece indicar a existência de grupos sociais distintos organizados em torno de uma mesma reivindicação. Essa heterogeneidade sinaliza que ao se pensar no conjunto dos movimentos sociais, não se pode restringi-los à expressão política de uma única classe social.

A variedade de situações incluídas nos movimentos apresenta, como traço comum, o fato de esse tipo de mobilização surgir das contradições que se expressam no cotidiano dos cidadãos. O processo de formação de identidade coletiva realiza-se na dimensão do cotidiano, seja pela sua inserção nos processos produtivos como pelo local da moradia. A problemática ocorre, portanto, em torno da relação cidadão X Estado. Considerando a heterogeneidade da base social, tais movimentos realmente apontaram e continuam sinalizando para a possibilidade organizativa apoiada em estruturas hierárquicas menos rígidas, bem como para o exercício mais aprofundado da democracia direta. Também, os movimentos sociais se utilizam de formas semelhantes de organização, que se torna um dos requisitos fundamentais para o seu desenvolvimento, não somente como elemento necessário para a articulação das ações reivindicatórias, mas também por evidenciar publicamente a existência e a força política do movimento.

Uma outra questão fundamental refere-se à eficácia política dos movimentos sociais. Eficácia que pode ser pensada em termos de ganhos concretizados no atendimento das reivindicações específicas e em termos de efeitos políticos mais amplos, traduzidos na capacidade de promover mudanças mais gerais. Hoje, passada a “fase eufórica” dos movimentos sociais, em que pesem algumas visões que privilegiem a “mística revolucionária” de movimentos como os dos Sem-Terra (no campo), a maioria dos estudiosos abandonou a fé na potencialidade revolucionária de tais ocorrências. Voltam-se mais, analiticamente falando, para a constatação de que os movimentos são elementos fundamentais para a consolidação da democracia, na medida em que colocam em cena atores novos que lutam pelo exercício de sua cidadania plena.

A relação democracia e cidadania, reatualizada e reincorporada à discussão via ações dos movimentos sociais, indica que, nos anos 70, ao servirem como desaguadouro das manifestações populares, estes mostraram que as formas de se fazer política vão além dos modelos clássicos, via partido ou sindicatos. Ao se colocarem como uma forma específica de fazer política, descortinaram uma série de possibilidades de atuação no seio da sociedade civil que culminariam, conjugados a uma série de outros fatores, na redemocratização iniciada no final da década. Mesmo correndo o risco de uma avaliação apressada e que carece de maior investigação, aventamos que os MS contribuíram para que a redemocratização se tornasse realidade, e também para o retorno das antigas formas

de organização política. Ao se constituírem como um espaço diferenciado de resistência à ditadura dos anos 60 e 70, como assinalam SADER (1988) e DOIMO (1995), garantiram espaços onde antigas lideranças puderam manter, sob outras bases, sua ação política (voltadas ao aspecto comunitário e não ao partidário e/ou sindical), facilitando o “ressurgimento” do movimento sindical. A teia movimentalista urdida na periferia das grandes cidades e mesmo no campo criou o clima necessário para a importante atuação de organizações de classe média, que passaram a ter visibilidade nacional no grande movimento das ONG na ECO-92 e depois nas reuniões preparatórias do HABITAT, entre 95 e 96. Também contribuiu para a recomposição do leque partidário, naquele momento (anos 80) com tonalidades ideológicas mais delineadas que o “cinza predominante” agora do final dos anos 90, ao exercitar novas formas de fazer ouvir a voz das classes subalternas, aparentemente caladas ao longo da década.

O papel dos intelectuais e a relação com os “objetos de estudo” que escolhem, os recortes teóricos e empíricos que realizam também devem ser problematizados. A leitura histórica aponta para a sofreguidão com que os intelectuais, também atores naquele período, ao olharem para esses novos personagens, ali deslumbrassem os seus próprios projetos revolucionários não realizados. Num outro ritmo, a imensa maioria dos movimentos e de seus atores pautava-se ou por melhorias em suas condições básicas de vida ou por seu direito à diferença e ainda pela possibilidade de acesso aos serviços públicos. Lutava com todas as forças para se inserir, embora com críticas, no modelo de sociedade capitalista vigente.

Por último, passada a euforia movimentalista e curados da “ressaca” dos projetos revolucionários irrealizados, é possível perceber que esses movimentos vieram ocupar um lugar fundamental para a consolidação da própria democracia brasileira. Em outras palavras (e talvez traindo um excesso de otimismo), trouxeram à luz, tanto para o público de classe média, que viveu embalado pelos sonhos e contradições do milagre econômico dos 70 e pesadelo da “década perdida” dos 80, como para os próprios agentes dos organismos estatais, que se vive agora uma nova cultura política, com o reconhecimento do direito do Outro, da existência de outras estratégias de expressão de demandas e de outras formas de construir e de fazer valer direitos, ou seja, uma nova cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ABRAMOVAY, R.(1981). **Transformações na vida camponesa** : o sudoeste paranaense. São Paulo. Dissertação (Mestrado), USP.
- 2 BLAY, Eva Alterman (1985). **Eu não tenho onde morar** : vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo : Nobel.
- 3 BOBBIO, Norberto et al.(1991). **Dicionário de política**. Brasília : Ed. da UNB : Linha Gráfica Ed.
- 4 BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel (1979). Periferia da Grande São Paulo : reprodução do espaço como expediente de reprodução da força do trabalho. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo : Alfa-Omega.
- 5 CARDOSO, Ruth Corrêa Leite (1984). Movimentos sociais urbanos : balanço crítico. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. 2ª ed. São Paulo : Brasiliense.
- 6 CARDOSO, Ruth Corrêa Leite (1994). A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo : Brasiliense.

- 7 COSTA, Maria Helena (1992). **Invasões de terras na região periférica de Curitiba** : estudo de caso sobre as Moradias União e Paraná. Curitiba. Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná.
- 8 COSTA, Marta Bebiano (1981). Associações de moradores e amigos de bairros de Curitiba. In: BOSCHI, R. R.; VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). **Experiências comunitárias em assentamentos urbanos de baixa renda**. Rio de Janeiro : BNH/IUPERJ.
- 9 DAGNINO, Evelina (1994). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo : Brasiliense.
- 10 DOIMO, Ana Maria (1995). **A vez e a voz do popular** : movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro : Relume-Dumará : ANPOCS.
- 11 DURHAN, Eunice (1984). Movimentos sociais, a construção da cidadania. **Novos Estudos**, São Paulo : CEBRAP, n.10, out.
- 12 FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno (1987). Movimentos sociais rurais no Paraná - 1978-1982. In: BONIM, A.A. et al. **Movimentos sociais no campo**. Curitiba : Criar Ed.
- 13 FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL (1992). **Pesquisa sobre Associações de Moradores de Curitiba**. Curitiba : FREI-FAS.
- 14 GARCIA, Fernanda E. S. (1993). **Curitiba, imagem e mito** : reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado), IUPERJ.
- 15 GARCIA, Maysa Dias (1990). **O MAB - Movimento de Associação de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana e a construção de uma nova prática política**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado), UFSC.
- 16 GOMES, Íria Zanoni (1986). **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba : Criar Ed.
- 17 IPARDES (1978). **Diagnóstico habitacional da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba : IPARDES. 3 v.
- 18 IPARDES (1982). **Paraná: economia e sociedade**. Curitiba : IPARDES.
- 19 IPARDES (1983a). **As migrações e a transformação na estrutura produtiva e fundiária do Paraná**. Curitiba : IPARDES.
- 20 IPARDES (1983b). **Nova configuração espacial do Paraná**. Curitiba : IPARDES.
- 21 IPPUC (1993). **Relatório das áreas de sub-habitação do município de Curitiba**. Curitiba : IPPUC.
- 22 JACOBI, Pedro (1989). **Movimentos sociais e políticas públicas** : demandas por saneamento básico e saúde. São Paulo : Cortez.
- 23 KOWARICK, Lúcio (1982). O preço do progresso : crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: MOISÉS, J. A. et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- 24 KOWARICK, Lúcio (Org.) (1988). **As lutas sociais e a cidade** : São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- 25 LACLAU, Ernesto (1986). Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo : ANPOCS, v.1, n.2, out.
- 26 MAGALHÃES FILHO, Francisco B. B. (1972). Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba : BADEP, n.28, p.31-52, jan./fev.

- 27 MARICATO, Ermínia (Org.) (1979). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo : Alfa-Omega.
- 28 MENEZES, Claudino Luiz (1996). **Desenvolvimento urbano e meio ambiente : a experiência de Curitiba**. Campinas : Papirus.
- 29 NAMUR, Marly (1992). **Estado e empresariado em Curitiba : a formação da cidade Industrial (1973-1980)**. São Paulo. Tese (Doutorado), USP/FAU.
- 30 OLIVEIRA, Dennison de (1995). **A política de planejamento urbano : o caso de Curitiba**. Campinas. Tese (Doutorado), UNICAMP.
- 31 OLIVEIRA, Elda Rizzo de (1994). **Da cidade planejada à cidade espoliada : um estudo sobre o movimento social da apropriação do espaço urbano da comunidade Santo Inácio de Loyola, Boqueirão, Curitiba**. São Paulo. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- 32 PADIS, Pedro Calil (1981). **Formação de uma economia periférica : o caso do Paraná**. São Paulo : HUCITEC.
- 33 PECHMAM, Sérgio (1982). **Organizações políticas e participação**. Friburgo. Texto apresentado no VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS.
- 34 RÊGO, Rubem M. L. (1979). **Terra de violência : estudo sobre a luta pela terra no Sudoeste do Paraná**. São Paulo. Dissertação (Mestrado), USP.
- 35 RIBEIRO, Luiz C. de Q. (1997). **Dos cortiços aos condomínios fechados : as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira : IPPUR : UFRJ : FASE.
- 36 ROCHA, Sônia (1995). **Governabilidade e pobreza : o desafio dos números**. Brasília : IPEA. (Texto para discussão, 368)
- 37 ROLIM, Maria do Carmo Brandão (1985). **Favelas, movimento associativo e planejamento urbano em Curitiba**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado), IUPERJ.
- 38 ROSA, Maria Arlete (1991). **Movimento de Associação de Moradores e Amigos de Bairros de Curitiba : resgate de sua trajetória histórica a partir da constituição das relações sociais educativas - 1977 a 1983**. São Paulo. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- 39 SADER, Eder (1988). **Quando novos personagens entraram em cena : experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- 40 SANTOS, Milton (1982). **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo : HUCITEC.
- 41 TONELLA, Celene (1996). **O urbanismo do desespero : um estudo dos processos de luta pelo espaço urbano no Paraná - 1985/1992**. Assis. Tese (Doutorado), UNESP.
- 42 TORRENS, João Carlos Campão (1992). **Alianças e conflitos na mediação política da luta pela terra no Paraná : o Movimento dos Sem-Terra - 1978-90**. Curitiba. Dissertação (Mestrado), UFRRJ.
- 43 VALLADARES, Lícia do Prado (1980). **Passa-se uma casa**. 2.ed. Rio de Janeiro : Zahar.
- 44 VALLADARES, Lícia do Prado (Org.) (1981). **Habitação em questão**. 2.ed. Rio de Janeiro : Zahar.
- 45 VALLADARES, Lícia do Prado (Org.) (1983). **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro : Zahar.